



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS

Termo de Fomento n.º 007/2024
Processo Administrativo n.º 2024-C06LP

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITO HUMANOS - SEDH E A ASSOCIAÇÃO GRUPO ORGULHO, LIBERDADE E DIGNIDADE - GOLD, TENDO POR OBJETO A REALIZAÇÃO DE CURSOS DE INFORMÁTICA E RECEPÇÃO E SEGURANÇA PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS LGBTQIA+, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO E NO PLANO DE TRABALHO.

O **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**, inscrita no CNPJ sob n.º 25.217.366/0001-48, com sede na Av. Nossa Senhora da Penha, nº 714, 3º e 4º andar, Ed. RS Trade Tower, Bairro Praia do Canto, Vitória E/S, CEP 29055-130, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, neste ato representado pela Secretária de Estado **NARA BORGÓ CYPRIANO MACHADO**, e a **ASSOCIAÇÃO GRUPO ORGULHO, LIBERDADE E DIGNIDADE - GOLD**, inscrita no CNPJ sob n.º. 07.555.605/0001-98, com sede na, Avenida Presidente Florentino Avidos, 502, sala 202, Ed. Alexandre Buaiz, Bairro Centro, Vitória E/S, CEP 29010-240, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pelo Presidente **DIEGO HERZOG PERUCH**, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o processo administrativo n.º 2024-C06LP e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Termo de Fomento, tem por objeto, a Realização de cursos de Informática e Recepção e Segurança para formação profissional de pessoas LGBTQIA+, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I.

1.1.1 – O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Termo, delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.

¹ Os dados dos representantes do Termo de Fomento, o qual foi classificado como sigiloso no E-docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para atender às normas de privacidade de dados, estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS

1.2 – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 – É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

e) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

f) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

g) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

h) designar um gestor da parceria e, na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

¹ Os dados dos representantes do Termo de Fomento, o qual foi classificado como sigiloso no E-docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para atender às normas de privacidade de dados, estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS

- i) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- j) colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizados pela organização da sociedade civil e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;
- k) apoiar tecnicamente e institucionalmente a OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;
- l) apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;
- m) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- c) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- g) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.
- h) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

¹ Os dados dos representantes do Termo de Fomento, o qual foi classificado como sigiloso no E-docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para atender às normas de privacidade de dados, estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS

3.1 – O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do Termo de Fomento, recursos no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 10.48.101.14.422.0040.2284, UG 48101, Gestão SEDH, conforme discriminação abaixo:

Fonte: 500 ED: 33.50.41 - R\$ 50.000,00

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.6 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.7 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

¹ Os dados dos representantes do Termo de Fomento, o qual foi classificado como sigiloso no E-docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para atender às normas de privacidade de dados, estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS

5.1 – O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da organização da sociedade civil, para:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

6.1 – O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 30/04/2025, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, que deverá ser formalizada por Termo Aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

6.3 – Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública estadual promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da organização da sociedade civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

¹ Os dados dos representantes do Termo de Fomento, o qual foi classificado como sigiloso no E-docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para atender às normas de privacidade de dados, estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – A administração pública estadual designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 – Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar a administração pública estadual, através da SUBDH/SEDH, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para que possam ser tomadas as devidas providências.

7.3 – O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu

¹ Os dados dos representantes do Termo de Fomento, o qual foi classificado como sigiloso no E-docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para atender às normas de privacidade de dados, estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS

objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- I – extrato da conta bancária específica;
- II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
- III – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- VI – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Parágrafo Segundo. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

- I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II – relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

- I – relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
- II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

- I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

¹ Os dados dos representantes do Termo de Fomento, o qual foi classificado como sigiloso no E-docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para atender às normas de privacidade de dados, estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público-alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo Primeiro. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

Parágrafo Segundo. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo Único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

¹ Os dados dos representantes do Termo de Fomento, o qual foi classificado como sigiloso no E-docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para atender às normas de privacidade de dados, estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 – O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, durante sua vigência, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

¹ Os dados dos representantes do Termo de Fomento, o qual foi classificado como sigiloso no E-docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para atender às normas de privacidade de dados, estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS

9.5 – A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil

¹ Os dados dos representantes do Termo de Fomento, o qual foi classificado como sigiloso no E-docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para atender às normas de privacidade de dados, estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS

formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, por escrito, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2 – O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

Parágrafo Primeiro - Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações das Partes previstos nesse Termo manter-se-ão inalterados, salvo se as Partes ajustarem de outra forma.

Parágrafo Segundo - Findo o prazo do aviso prévio, as Partes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 – A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento fica condicionada à

¹ Os dados dos representantes do Termo de Fomento, o qual foi classificado como sigiloso no E-docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para atender às normas de privacidade de dados, estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS

publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, e ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

14.1 – Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente Termo de Fomento terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS

15.1 – A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorais.

15.1.1 – Os Partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.

15.1.2 – Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e congêneres.

15.2 – Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Fomento ou que com ele tenham relação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

16.1 – Durante o desenvolvimento do projeto, as partes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 – As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Termo (“Legislação de Proteção de Dados Aplicável”).

¹ Os dados dos representantes do Termo de Fomento, o qual foi classificado como sigiloso no E-docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para atender às normas de privacidade de dados, estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS

17.2 – As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.

17.3 – As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.

17.4 – As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.

Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

18.2 – E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Vitória/ES, 13 de dezembro de 2024.

NARA BORGIO CYPRIANO MACHADO
Secretária de Estado de Direitos Humanos/SEDH

DIEGO HERZOG PERUCH
Presidente/ ASSOCIAÇÃO GRUPO ORGULHO, LIBERDADE E DIGNIDADE - GOLD

¹ Os dados dos representantes do Termo de Fomento, o qual foi classificado como sigiloso no E-docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para atender às normas de privacidade de dados, estabelecidas.

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome Secretaria de Estado de Direitos Humanos - SEDH		CNPJ 25.217.366/0001-48
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Avenida Nossa Senhora da Penha, 714, 3º andar, Condomínio do Ed. RS Trade Tower		
Bairro Praia do Canto	Cidade Vitória	CEP 29.055-130
E-mail da Instituição gecon@sedh.es.gov.br		Sítio eletrônico https://sedh.es.gov.br/
Telefone 1 (27) 3134-1422	Telefone 2	Telefone 3

2. DADOS GERAIS DA PROPONENTE

Nome Associação Grupo Orgulho Liberdade e Dignidade - GOLD		CNPJ 07.555.605/0001-98
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Avenida Presidente Florentino Avidos, 502, sala 202, Ed. Alexandre Buaziz		
Bairro Centro	Cidade Vitória	CEP 29.010-240
E-mail da Instituição goldlgbt@gmail.com		Sítio eletrônico de divulgação da parceria
Telefone 1 (27) 99956 - 6004	Telefone 2 ()	Telefone 3 ()

3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA PROPONENTE

Nome Diego Herzog Peruch		CPF: XXX.173.397-XX	
Nº RG 1.706.121	Órgão Expedidor SESP	Cargo na OSC Presidente	Mandato vigente até 04/09/2026
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua Dr. Dido Fontes, 168			
Bairro Jardim da Penha	Cidade	CEP 29.060-280	
Telefone 1 (27) 99835 - 0782	Telefone 2 ()	Telefone 3 ()	

4. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO

Nome Deborah Sabará		CPF: XXX.558.997-XX
Área de Formação		Nº do Registro no Conselho Profissional
Bairro Nova Carapina II	Cidade Serra	CEP 29.170-004
E-mail do Técnico sabaradeborah@gmail.com		
Telefone do Técnico 1 (27) 99765-9888	Telefone do Técnico 2 ()	

5. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

A Associação Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade – GOLD, foi criada em 14 de Julho de 2005 em Colatina – ES. Configura-se como uma organização da sociedade civil, criada com missão de promover e defender os Direitos Humanos, contribuindo para uma democracia sem discriminação, levando informações sobre Saúde e Cidadania às populações mais vulneráveis. Em sua trajetória desenvolveu projetos com temáticas LGBTI+, debates raciais, medidas socioeducativas, atendendo população de rua, idoso, criança e adolescente, mulheres e indígenas. A GOLD tem caráter democrático, informativo, mobilizador e assistencial. É notadamente autônoma, não sendo vinculados a partidos políticos e/ou grupos religiosos.

A Associação tem como finalidades fundamentais: Ser instrumento de expressão da luta pela conquista dos direitos humanos plenos; Ser um instrumento de expressão da luta contra quaisquer formas de discriminação em face dos mesmos seja elas: jurídicas, sociais, políticas, religiosas, culturais ou econômicas e Colaborar com os órgãos públicos em programas e projetos que visem melhorar e prevenir doenças que afetem a saúde da sociedade, especialmente no que concerne às infecções sexualmente transmissíveis, como: HIV, sífilis, gonorreia, hepatite entre outras.. Hoje a instituição compõe o Conselho Estadual LGBT+ e é filiada à Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e à Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT).

A qualificação profissional é uma variável determinante quando falamos de empregabilidade. A LGBTfobia vivenciada por grande parte de pessoas LGBTQIA+ vulnerabiliza essa população e compromete o acesso à escolaridade e conseqüentemente ao emprego, pois como foi dito inicialmente o mercado de trabalho seleciona as pessoas com maior grau de qualificação. Para garantir a própria subsistência uma grande parte dessa população acaba tendo que recorrer ao mercado informal de trabalho, inclusive a prostituição. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, estima que “90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte primária de renda” (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021, p 44). O baixo nível de escolaridade, também, é um fator impeditivo para que esse público acesse o mercado formal de trabalho. A escolarização deficitária é explicada pela evasão motivada pela LGBTfobia, principalmente entre pessoas trans e travestis. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Jones dos Santos Neves com pessoas trans e travestis da Região Metropolitana da Grande Vitória aponta que 55% dos participantes da pesquisa já abandonaram a escola ao menos uma vez, e entre esses 31,3% apontaram preconceito e agressão no ambiente escolar como motivadores para a evasão escolar. (ESPÍRITO SANTO. INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2018). A LGBTfobia, portanto, é um elemento que dificulta a inserção de pessoas LGBTI+ no mercado formal de trabalho, por isso Perez e Souza (2021, p. 10) afirmam que:

Ações voltadas para o fortalecimento de emprego e renda são necessárias, sobretudo, quando se analisa a precarização do trabalho ocasionada pelo processo de reestruturação produtiva. Por essa lógica, pensar em políticas públicas é urgente, como forma de garantir o acesso da população LGBTI+ no mercado de trabalho.

O Movimento LGBTI+ capixaba teve uma conquista importante em 2022, a sanção do Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia e Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBTI+ do Espírito Santo. O plano foi construído de forma conjunta pelo Conselho para a Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, também conhecido como Conselho Estadual LGBT (CELGBT+ES) e Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SEDH). O documento foi formulado a partir das diretrizes e propostas apresentadas nas últimas quatro Conferências Estaduais LGBT do Estado do Espírito Santo realizadas nos anos de 2008, 2011, 2015 e 2019. O plano trata sobre a questão da empregabilidade em seu Eixo 04: Trabalho, Emprego e Renda, onde apresenta ações a serem realizadas pelo Governo do Estado, são elas:

1. Buscar a inserção da População LGBTI+, em especial a população trans e travesti, no Programa Jovens Valores;
2. Fomentar a criação de cotas para população trans e travesti em editais de processos seletivos, concursos e seleção de funcionários terceirizados;
3. Assegurar através de incentivo fiscal o ingresso de pessoas trans e travestis em empresas privadas;
4. Realizar a formação das equipes dos SINEs para garantir acolhimento à população LGBTI+;
5. Fomentar a criação de Incentivos fiscais para empresas que contratarem e/ ou promovam a formação ou qualificação da população trans e travesti e o combate a discriminação LGBTIfóbicas no ambiente de trabalho;
6. Criar um banco de dados, a partir do canal Disque 100, para sistematização de denúncias LGBTIfóbicas em ambiente de trabalho; e
7. Fomentar a formação continuada em políticas LGBTI+ para es/as/os profissionais e em todos os níveis de atendimento institucional, no âmbito do Estado e dos Municípios;
8. Ampliar o acesso das pessoas LGBTI+ a capacitação e crédito para empreender;
9. Ampliar o alcance da atividade empreendedora de pessoas LGBTI+ (ESPÍRITO SANTO. SECRETARIA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS. 2021, p.34)

O presente projeto pretende contribuir na concretização dessa proposta inserida no Plano Estadual, oferecendo cursos de qualificação profissional para pessoas LGBTI+. Os cursos serão ministrados por profissionais do SENAC na sede da GOLD. A GOLD já é identificada como um espaço seguro para pessoas LGBTQIA+, onde podem transitar livremente sem o receio de sofrer discriminação e esse fator pode ajudar a evitar evasão. Também temos outros serviços que podem ser utilizados pelos/pelas estudantes como atendimento psicológico, rodas de conversa, oficinas, atendimento nutricional. Além disso, o espaço da GOLD torna-se um ponto de encontro onde pessoas podem se conhecer e fortalecer vínculos entre os membros da comunidade LGBTQIA+. Serão ofertadas vagas para os cursos de Informática Básica (80h), 1 turma com capacidade para 10 estudantes e Recepção e Segurança em Portarias (45h), 2 turmas com capacidade para 10 estudantes cada. Ao final espera-se beneficiar 30 pessoas diretamente. Para incentivar a participação e evitar a evasão será distribuído para os participantes do projeto um auxílio, que poderá ser utilizado para transporte.

Referências:

ESPÍRITO SANTO. SECRETARIA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS. CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS. Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTIfobia e Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBTI+ do Espírito Santo. Vitória, 2021. 40p. Disponível em: <<https://sedh.es.gov.br/Media/Sedh/DOCUMENTOS%202021/Plano%20Estadual%20LGBTI.pdf>>.

PEREZ, Olívia Cristina; SOUZA, Libni Milhomem. Empregabilidade LGBTQI+: considerações sobre o acesso e permanência do segmento nos postos de trabalho do Brasil. Anais da 10ª Jornada de Políticas Públicas – Trabalho Alienado, Destruição da Natureza e Crise de Hegemonia; consciência de classe e lutas sociais na superação da barbárie. Ambiente Virtual. UFMA e Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Maranhão, 16 a 19 de novembro de 2021. 15p. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaold_506_50661095f997ae50.pdf>.

6. JUSTIFICATIVA

O presente Plano de Trabalho é uma proposta fundamental para promover políticas de qualificação profissional, empregabilidade, geração de renda e incentivo ao empreendedorismo para pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social.

As pessoas LGBTQIA+ enfrentam desafios específicos relacionados à discriminação, preconceito e violência, que resultam em desigualdades no acesso à cidadania. Essas desigualdades afetam diretamente o acesso e a permanência no mercado de trabalho formal, gerando dificuldades para a obtenção de renda digna. A discriminação relacionada à identidade de gênero e orientação sexual se entrelaça com outras formas de exclusão, como desigualdades de gênero, raça, idade e deficiência.

A falta de dados que monitorem a inserção da população LGBTQIA+ no mercado de trabalho e na qualificação profissional agrava essa invisibilidade. Segundo pesquisa da Datafolha, All Out e Havaianas (2021), cerca de 9,3% da população brasileira se identifica como LGBTQIA+, com maior concentração nas regiões metropolitanas, onde muitos buscam refúgio da violência e oportunidades de trabalho.

Os dados revelam que 62% das pessoas LGBTQIA+ economicamente ativas raramente ou nunca revelam sua orientação sexual ou identidade de gênero no trabalho, e 70% sentem que não são avaliadas apenas por suas qualificações em entrevistas de emprego. Somente 30% se sentem seguros para discutir sua identidade no ambiente de trabalho, e 65% já sofreram discriminação nesse contexto. Esses números são ainda mais alarmantes para pessoas bissexuais (72%) e transexuais (86%).

A análise desses dados indica que a população LGBTQIA+ enfrenta grandes obstáculos para acessar e permanecer no mercado de trabalho formal. Apenas 25% são assalariados com registro, e a inserção de pessoas transexuais e travestis é alarmantemente baixa, com apenas 5% no mercado formal (Mais Diversidade, 2021).

O direito à profissionalização e ao mercado de trabalho é um direito humano fundamental e deve ser objeto de políticas públicas. O Plano Plurianual 2024-2027 do governo estadual e federal, incluindo o programa 5812 (Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+), visa promover a empregabilidade dessa população em situação de vulnerabilidade social.

O Governo do Estado do Espírito Santo lançou em 2021 o Plano Estadual LGBTI+, que inclui diretrizes específicas para a promoção da escolarização e acesso ao mercado de trabalho para pessoas trans e travestis.

Por estas razões, justifica-se a execução do Plano de Trabalho, que visa articular esforços, competências e recursos para a oferta de cursos profissionalizantes a pessoas LGBTQIA+. O objetivo é garantir acesso ao mercado de trabalho e à renda em condições dignas e livres de discriminação. Além disso, o projeto permitirá a produção de dados e relatórios que fundamentem políticas permanentes de inclusão via trabalho digno, contribuindo para a justiça social no Estado do Espírito Santo.

7 SÍNTESE DA PROPOSTA

Título do projeto:	QUALIFICA +
--------------------	-------------

7.1. Objeto

Realização de cursos de Informática e Recepção e Segurança para formação profissional de pessoas LGBTQIA+

7.2. Público beneficiário da proposta

O projeto "QUALIFICA +" tem como beneficiários diretos 30 pessoas LGBTQIA+ que buscam qualificação profissional, incluindo jovens e adultos.

Além disso, o projeto impactará indiretamente as comunidades LGBTQIA+, que se beneficiarão da maior inclusão e visibilidade no mercado de trabalho. Organizações da sociedade civil que atuam em defesa dos direitos humanos e na promoção da igualdade também serão beneficiadas, fortalecendo o trabalho em prol da equidade e do respeito aos direitos dessa população.

7.3. Área de abrangência da proposta

A execução do projeto "QUALIFICA +" terá abrangência nos municípios da Grande Vitória, proporcionando oportunidades de qualificação e inclusão social para essa população.

7.4. Objetivo geral

Ofertar cursos de formação profissional para 30 pessoas LGBTQIA+

7.5. Objetivos específicos

- Promover ações de educação profissional voltadas para pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social.
- Provocar impactos positivos na educação profissional e no acesso ao mercado de trabalho formal, visando garantir uma renda digna para pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social.

7.6. Metodologia de trabalho

Metodologia de Trabalho do Projeto QUALIFICA +

O Projeto QUALIFICA +, coordenado pela Associação Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade (GOLD), visa promover a inclusão e capacitação da população LGBTI+ através de cursos profissionalizantes. O Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Gerência de Políticas de Diversidade Sexual e Gênero, supervisionará a execução das ações pactuadas neste plano.

Estratégias de Implementação:

Execução:

- Implementação das atividades conforme o cronograma estabelecido.
- Realização das aulas e atividades práticas.

Relatórios:

- Produção de relatórios periódicos que documentem os resultados das atividades e o impacto nos participantes.

Meios de Verificação:

- Listas de presença: Controle de participação dos alunos.
- Registros fotográficos: Documentação visual das atividades.

Estrutura dos Cursos:

1- Curso de Informática Básica:

- Duração: 80 horas
- Turmas: 1 turma com capacidade para 10 estudantes.

2- Curso de Recepção e Segurança em Portarias:

- Duração: 45 horas

- Turmas: 2 turmas, cada uma com capacidade para 10 estudantes.

Cronograma de Execução:

Mês 1:

- Contratação dos profissionais para ministrar os cursos.

- Divulgação nas redes sociais (Instagram e Facebook) com o link de inscrição.

Mês 2:

- Início das aulas de Informática Básica e Recepção e Segurança em Portarias.

Mês 3:

- Continuação das aulas.

Mês 4:

- Finalização das aulas.

Elaboração dos relatórios.

Mês 5:

- Produção do relatório com os resultados e impactos do projeto.

Avaliação:

O projeto será avaliado para garantir o cumprimento dos objetivos e a eficácia das atividades. O feedback dos participantes será fundamental.

Observação:

Os cursos serão ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), que foi escolhido devido à excelência em seus critérios de definição e metodologia de ensino.

As pessoas interessadas farão sua inscrição na sede da Gold, onde responderão questionário sobre diversos critérios, como raça, cor, local de moradia, vínculo empregatício, se possui deficiência, etc. A partir dessas respostas será feita a seleção das trinta pessoas selecionadas para as vagas.

A equipe responsável pela execução do projeto será composta pelo Coordenador e pelo Auxiliar Administrativo. A seleção dos profissionais levará em consideração a experiência prévia no trabalho com a população LGBTQIAPN+.

7.7. Metas/Etapas/Produtos/Resultados

Metas	Etapas	Produtos	Meios de verificação	Resultados imediatos	Impactos
Ofertar cursos de formação profissional para 30 pessoas LGBTQIA+.	Planejamento - Estabelecer parcerias com profissionais do SENAC para a realização dos cursos	Relatório de Avaliação: Relatório final sobre a execução do projeto, incluindo dados sobre a participação e o desempenho dos alunos.	Listas de presença, registros fotográficos.	Capacitação de 30 pessoas LGBTQIA+ em habilidades profissionais específicas.	Aumento da empregabilidade e inclusão de pessoas LGBTQIA+ no mercado de trabalho formal.
Garantir a participação de pelo menos 60% dos alunos nas atividades de acompanhamento e avaliação.	Divulgação e Inscrições. Criar materiais de divulgação (redes sociais).	Certificados de Conclusão: Certificados para os participantes que completarem os cursos.		Criação de um ambiente seguro para a troca de experiências e fortalecimento de vínculos na comunidade.	Contribuição para a redução da discriminação e promoção dos direitos humanos na sociedade.
	Execução dos Cursos Ministrar o curso de Informática Básica (80h) e Ministrar 2 turmas do curso de Recepção e				

	Segurança em Portarias (45h cada) para 20 alunos.				
--	---	--	--	--	--

7.8. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

Formação Profissional	Função/ descrição das atividades	Carga horária semanal/Jornadas de trabalho	Duração da contratação	Valor da Remuneração c/ encargos
Ensino Médio Completo	Coordenação	30h	4 MESES	R\$ 12.000,00
Serviço Social	Auxiliar Administrativo	30h	4 MESES	R\$ 8.000,00

7.9. Período de execução do objeto

Início: MÊS 1	Término: MÊS 4
--------------------------	---------------------------

8. CRONOGRAMA FÍSICO EXECUÇÃO DO OBJETO

Descrição das Ações	Período de Execução			
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4
Estruturação da equipe	X			
Divulgação dos cursos e período de inscrição	X			
Realização dos Cursos		X	X	X
Prestação de contas				X

9. PLANO DE APLICAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE	PROPONENTE	TOTAL
Equipe encarregada pela execução	R\$ 20.000,00	R\$ 0,000	R\$ 20.000,00
Serviços de terceiros – pessoa jurídica	R\$ 24.324,93	R\$ 0,000	R\$ 24.324,93
Auxílio estudantes	R\$ 5.675,10	R\$ 0,003	R\$ 5.675,10

R\$ 50.000,03

9.1 Detalhamento das despesas

9.1.1 Equipe encarregada pela execução

Especificação	Unidade de Fornecimento	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
---------------	-------------------------	--------	----------------	-------------

Coordenação	Mês	4	R\$ 3.000,00	R\$ 12.000,00
Auxiliar Administrativo	Mês	4	R\$ 2.000,00	R\$ 8.000,00
Subtotal				R\$ 20.000,00

9.1.2 Serviços de terceiros – pessoa jurídica

Especificação	Unidade de Fornecimento	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Curso de Informática Básica	Serviço	1	R\$ 15.392,93	R\$ 15.392,93
Curso de Recepção e Segurança em Portarias	Serviço	2	R\$ 3.866,00	R\$ 7.732,00
Uniformes	Peça	30	R\$ 40,00	R\$ 1.200,00
Subtotal				R\$ 24.324,93

9.1.3 Auxílio

Especificação	Unidade de Fornecimento	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Auxílio para estudantes do curso	Unidade	30	R\$ 189,17	R\$ 5.675,10
Subtotal				R\$ 5.675,10

TOTAL GERAL (8.1.1 + 8.1.2 + 8.1.3)	R\$ 50.000,03
--	----------------------

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

REPASSE(S) DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
MÊS/ANO	Valor
MÊS 1	R\$ 50.000,00

11. METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO

O grau de satisfação das pessoas atendidas pelo projeto será avaliado por intermédio de pesquisas de opinião, utilizando questionários de satisfação. Os participantes serão convidados a responder um questionário individual no final das formações, onde poderão avaliar a formação.

12. SUSTENTABILIDADE DA PROPOSTA

Propor parcerias com outras entidades, públicas e/ou privadas, para a manutenção do projeto por meio de emendas parlamentares ou outros recursos aplicados com essa finalidade possibilitando a realização de próximas edições.

13. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

--

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil (OSC) proponente**, declaro, para fins de prova junto a **Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH)**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que:

- a) A OSC não se enquadra em nenhuma das condições de impedimento dispostas no artigo 39 da Lei nº 13.019/2014;
- b) Todos os preços propostos para aquisição de bens e/ou serviços apresentados por essa OSC foram apurados por meio de orçamentos atualizados, junto a fornecedores regulares e estão compatíveis com os preços médios praticados no mercado regional;

Nos termos em que pede e espera deferimento.

Em 21 de novembro de 2024 .

Assinatura do Representante Legal

14. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

APROVA-SE O PLANO DE TRABALHO, O QUAL DEVE SER ANEXADO AO TERMO DE FOMENTO ASSINADO.

Vitória (ES) Em 21 de novembro de 2024 .

Assinatura do Representante Legal/Carimbo



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 01/12/2024 12:18:55 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por CAMILA TINOCO BARRETO (ANALISTA DO EXECUTIVO - SEDH - SEDH - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-85GF0B>

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

NARA BORG CYPRIANO MACHADO
SECRETARIO DE ESTADO
SEDH - SEDH - GOVES
assinado em 13/12/2024 15:02:33 -03:00

DIEGO HERZOG PERUCH
CIDADÃO
assinado em 13/12/2024 09:39:24 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 13/12/2024 15:02:33 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por LUZIANE RODRIGUES PECANHA (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL II - QCE-05 - SUCOV - SEDH - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-W94GSG>